Título: PEC do auxílio é desidratada na Câmara em uma derrota para equipe econômica
Veículo: O Estado de S. Paulo
Página: Capa, B1 e B5
Colunista: Idiana Tomazelli / Camila Turtelli / Anne Warth

Tiragem: 120.784
Data: 11/03/2021

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 — JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Quinta-feira 11 DE MARÇO DE 2021 **R$ 5,00** ANO 142 Nº 46531 estadão.com.br

País registra 2.349 mortes em 24h; Bolsonaro veste máscara

Média móvel de óbitos subiu 43% nas duas últimas semanas em meio a vacinação lenta e sobrecarga de hospitais

DIDA SAMPAIO / ESTADÃO

Mudança. Bolsonaro, senadores, ministros e diretor da Anvisa usam máscara em evento para sancionar plano para facilitar compra de vacinas

O Brasil registrou o recorde de 2.349 mortes pela covid-19 em 24 horas, em meio a um ritmo lento de vacinação e um sistema de saúde cada vez mais sobrecarregado. O secretário de Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, admitiu ontem que o Estado não tem "fôlego" para aumentar a oferta de leitos, especialmente de UTI. Para lidar com o crescimento da doença, São Paulo está analisando uma fase roxa, com mais restrições. O Distrito Federal reportou ontem à tarde 100% de ocupação dos leitos de UTI. A média móvel de óbitos no Brasil subiu 43% nas duas últimas semanas e atualmente está em 1.645, a maior da pandemia. O recrudescimento da doença tem feito governadores pressionarem o Executivo federal por mais vacinas – ontem, o número de imunizados com a primeira dose chegou a 9 milhões, 4,2% da população. Em meio ao avanço da covid, o presidente Jair Bolsonaro, que desde o início da pandemia minimizou a doença, mudou ontem sua conduta e usou máscara durante a sanção de projetos que buscam facilitar a compra de imunizantes. **METRÓPOLE / PÁGS. A16 e A18 e POLÍTICA / PÁG. A8**

● **Vacina sem garantias**
Mais de 200 municípios negociam com empresa búlgara para adquirir vacinas de Oxford e Sputnik V. **PÁG. A16**

● **A pandemia no Brasil***

TOTAL DE MORTES	270.917
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	2.349
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.645
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	11.205.972
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	80.955
TOTAL DE VACINADOS	9.013.639
TOTAL DE RECUPERADOS (†)	9.913.739

*NÚMEROS DO CONSÓRCIO DE IMPRENSA; (†) FONTE: MIN. DA SAÚDE

PEC do auxílio é desidratada na Câmara

Em revés para a equipe econômica, o governo abriu mão na PEC Emergencial do gatilho que barraria promoções e progressões para servidores em situações de comprometimento severo das finanças ou calamidade nacional. O recuo foi para evitar uma derrota maior que resultaria na retirada de praticamente todas as ações de contenção de gastos no futuro. Pelo acerto, o governo poderá apenas congelar os salários dos servidores em período de crise. **ECONOMIA / PÁG. B1**

R$ 1,2 bilhão
é o impacto por ano para a União das promoções de servidores

Lula diz que está livre da Lava Jato e faz aceno ao centro

O ex-presidente Lula afirmou ontem, no primeiro pronunciamento após suas condenações serem anuladas na segunda-feira, que está "livre da Operação Lava Jato". Apesar do cuidado de não se declarar candidato, disse que procurará políticos do centro na busca de uma "solução" para a atual crise. "Não tenham medo de mim", afirmou. **POLÍTICA / PÁG. A4**

William Waack
Vendedores de esperanças
Bolsonaro e Lula vão disputar o mesmo eleitorado, num faroeste sem mocinhos. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Celso Ming
Mais incertezas
Incertezas cresceram e sua intensidade se multiplicou com decisão de Fachin sobre Lula. **ECONOMIA / PÁG. B2**

COLUNA DO ESTADÃO

Duas cidades paulistas, Praia Grande e Bauru, ajudam a ilustrar o embate entre governadores e o presidente Bolsonaro. **PÁG. A4**

coluna do broadcast

● Rede de produtos para animais de estimação Petz vendeu mais de 14 milhões de ações dias após divulgar ter dobrado o lucro no ano passado. **PÁG. B2**

JAZZ AT LINCOLN CENTER

NA QUARENTENA

NOVA SAFRA NO JAZZ
Veronica Swift tem trajetória relâmpago. **PÁG. H1**

MARCAS OBAMA E CLINTON
Ex-presidentes viraram criadores de conteúdo cultural. **PÁG. H6**

KEVIN LAMARQUE / REUTERS

Câmara aprova plano de US$ 1,9 tri de Biden
INTERNACIONAL / PÁG. A15

Mais de 50% dos carros novos serão SUVs
ECONOMIA / PÁG. B14

Cartão da XP acirra disputa com bancos
ECONOMIA / PÁG. B13

EUA desistem de sobretaxar alumínio do Brasil

Os EUA encerraram investigação de subsídios sobre exportações brasileiras de chapas de liga de alumínio iniciada no governo Trump e decidiram não impor sobretaxas ao produto nacional. Em 2019, os americanos compraram 40% do total exportado pelo País. **ECONOMIA / PÁG. B8**

Legalização da maconha avança no México

A Câmara dos Deputados do México aprovou ontem texto que regulamenta o consumo, cultivo e comércio de maconha para fins recreativos. As novas regras devem ser ratificadas pelo Senado do país, acuado pelo narcotráfico, antes de 30 de abril. **INTERNACIONAL / PÁG. A14**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A necessária alternativa para o caos
Para enfrentar Lula e Bolsonaro, as lideranças precisam se organizar para construir, já, uma candidatura capaz de sensibilizar o eleitorado. **PÁG. A3**

Vacina para crescer
Entidade recomenda vacinação e prevenção para retomada global segura e sustentável. **PÁG. A3**

Defesa de Queiroz usa decisão pró-Lula

A defesa de Fabrício Queiroz citou a decisão do ministro Fachin que beneficiou o ex-presidente Lula para pedir que o STJ retome o julgamento sobre sua liberdade. **POLÍTICA / PÁG. A10**

Tempo em SP
15° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293057

Legislativo. Governo acabou fazendo acordo e abrindo mão do gatilho que travaria promoções e progressões salariais do funcionalismo para liberar recursos para ajudar no pagamento do auxílio emergencial a vulneráveis, já aprovado em 1º turno na madrugada de ontem

PEC do auxílio é desidratada na Câmara em uma derrota para equipe econômica

Idiana Tomazelli
Camilla Turtelli
Anne Warth / BRASÍLIA

Após o presidente Jair Bolsonaro abrir caminho para investidas contra as medidas de ajuste da PEC emergencial, a equipe econômica precisou abrir mão do gatilho que barraria promoções e progressões de servidores em suas carreiras em situações de comprometimento severo das finanças ou calamidade nacional.

A saída, para viabilizar a conclusão da votação da PEC na Câmara, foi costurada para evitar uma derrota ainda maior e que resultaria na retirada de praticamente todas as ações de contenção de gastos no futuro, incluindo o congelamento de salários do funcionalismo. Na madrugada de ontem, a PEC havia sido aprovada em primeiro turno por 341 votos a favor e 121 contra. Até o fechamento desta edição, os deputados ainda votavam os destaques para depois votarem o segundo turno da proposta.

Integrantes da equipe econômica reconhecem nos bastidores que o acordo foi uma derrota para o governo, mas ressaltam que a negociação evitou um desfecho muito pior, que seria a desidratação completa da PEC. Desde o início, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha para aprovar a nova rodada do auxílio emergencial em combinação com um novo marco fiscal que garanta instrumentos de contenção de gastos.

LUIS MACEDO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Votação. No primeiro turno, PEC foi aprovada por 341 votos

O próprio presidente acabou celebrando a preservação do "coração da PEC", embora tenha deflagrado na segunda-feira o movimento que pretendia retirar o congelamento das progressões na carreira, atendendo a apelos da bancada da segurança pública. Na ocasião, Bolsonaro chegou a dizer que três dispositivos poderiam ser retirados do texto e dar origem a uma PEC paralela. "Se um ou outro dispositivo for suprimido faz parte da regra do jogo, mas o coração do projeto está sendo mantido", afirmou o presidente ontem, com a negociação já sacramentada.

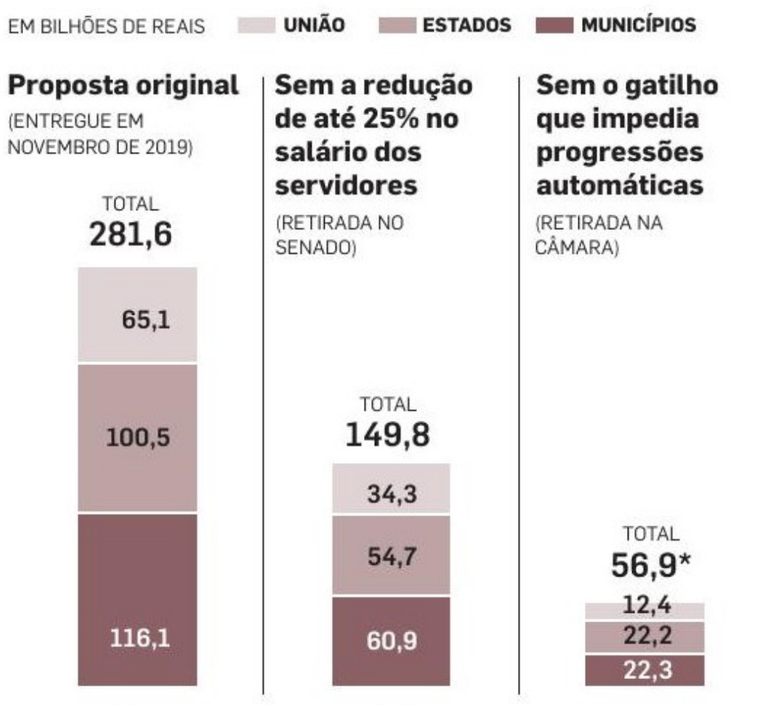
● **O que são gatilhos**
Mecanismos de contenção de despesas acionados automaticamente para auxiliar na redução do rombo das contas públicas

Antes do acordo, o governo já tinha sido derrotado na votação que tirou da PEC o trecho que acabava com o carimbo de R$ 65 bilhões em receitas hoje atreladas a fundos ou despesas específicas. A medida daria maior flexibilidade na gestão do Orçamento e da dívida pública (*veja mais detalhes abaixo*).

Congelamento. Na esteira dessa votação, cresceu o risco de aprovação de um destaque do PT que derrubaria todos os gatilhos de congelamento de salários de servidores e outras despesas do governo, acendendo o alerta na equipe econômica. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), propôs então manter a possibilidade de progressões e promoções nas carreiras, mesmo durante os estados de calamidade ou emergência fiscal (quando há elevado comprometimento das finanças de União, Estados ou municípios).

POR ÁGUA ABAIXO

● **Economia estimada em uma década com medidas de contenção de gastos na PEC reduz drasticamente no Congresso**



*ECONOMIA PREVISTA COM O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS

FONTE: DIRETOR DE ESTRATÉGIAS PÚBLICAS DA MAG, ARNALDO LIMA INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Por esse acerto, o governo poderá congelar os salários dos servidores em período de crise, mas não poderá travar as promoções ou progressões, que na prática resultam em incremento na remuneração do funcionalismo.

Em um primeiro momento, o anúncio do acordo foi mal recebido pelo mercado financeiro, que interpretou a negociação como um "drible" da ala política do governo na equipe de Guedes. Os agentes estavam ressabiados depois de o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ter precisado entrar em campo na terça-feira para barrar tentativas de desidratar a PEC emergencial. No entanto, após o *Estadão/Broadcast* revelar que o acerto teve o aval da equipe econômica, os ânimos melhoraram sob o mesmo conformismo de que era preciso "evitar o pior". A Bolsa acabou fechando em alta.

A estratégia da equipe econômica foi baseada em cálculos internos sobre o quanto cada uma dessas medidas poderia render de economia aos governos estaduais, municipais e à própria União.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, técnicos calculam que o impacto das progressões na União pode ficar entre R$ 500 milhões a R$ 2 bilhões, a depender da quantidade de servidores com ascensão na carreira programada para o ano. Na média, o impacto é calculado em R$ 1,2 bilhão por ano. Já nos Estados e municípios, o custo com as progressões é mais elevado e fica entre R$ 10 bilhões e R$ 14 bilhões por ano, porque muitos ainda possuem benefícios como triênios ou quinquênios (reajuste automático a cada três ou cinco anos de serviço, respectivamente).

Pelo acordo, o próprio governo vai endossar, na votação da PEC em segundo turno, a aprovação de um destaque (que é uma proposta avulsa de mudança) para retirar do texto o congelamento de progressões e promoções.

A negociação sucedeu ainda à intensa mobilização de policiais, categoria que integra a base de apoio a Bolsonaro, contra os gatilhos de ajuste nas despesas. Na terça, as categorias reclamaram que o governo trata as forças de segurança com "desprezo". / **COLABOROU DANIEL WETERMAN**

Câmara tira dispositivo que liberaria R$ 65 bi

Foi aprovado destaque que retirava do texto a possibilidade de desvinculação de receitas hoje carimbadas

BRASÍLIA

O plenário da Câmara dos Deputados derrubou um dispositivo da PEC emergencial que daria mais flexibilidade ao governo na gestão do Orçamento federal. Os parlamentares aprovaram um destaque do PDT que retirava do texto a possibilidade de desvinculação de receitas hoje carimbadas para órgãos, fundos ou despesas específicas. Foram 178 votos a favor e 302 contra a retirada – eram necessários 308 votos contrários para manter o texto do relator.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, cálculos do governo apontavam inicialmente que o dispositivo de desvinculação dessas receitas poderia liberar cerca de R$ 72 bilhões por ano. Nos trâmites finais da PEC no Senado, esse valor já havia caído a cerca de R$ 65 bilhões, pois os congressistas ampliaram a lista de exceções, ou seja, fundos ou classes de despesas imunes à vinculação. Como mostrou a reportagem, uma das alterações de última hora beneficiou ações de "interesse à defesa nacional" e "destinadas à atuação das Forças Armadas".

Os recursos não seriam dinheiro novo para gastar, mas ficariam disponíveis para bancar gastos de outras áreas, que eventualmente precisem ser financiados com recursos obtidos com a emissão de títulos da dívida pública. Hoje, a receita atrelada a determinado fundo ou órgão não pode ser utilizada para outra finalidade, o que foi mantido com a derrubada do destaque.

A desvinculação é uma das bandeiras defendidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, desde a campanha eleitoral. O dispositivo inserido na proposta, porém, tinha alcance mais limitado do que o desejado pela equipe econômica e já vinha ganhando uma lista ainda maior de exceções.

Parlamentares do PDT comemoraram a manutenção dos recursos vinculados para despesas nas áreas de educação, saúde e assistência, mas a medida também beneficiou auditores fiscais, que eram contrários à desvinculação de recursos que abastecem fundos da Receita Federal usados no pagamento de bônus aos profissionais do órgão.

A equipe econômica foi contra a derrubada do destaque, embora parlamentares alinhados ao governo tenham defendido a mudança. "Não é justo falar em equilíbrio fiscal tirando recursos da administração tributária", disse o deputado Celso Sabino (PSDB-PA). / **I.T. e C.T.**

continuação

ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • Nível 3 - instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. Todos os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo após o reconhecimento inicial são classificados como Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas informações abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	13.365	13.365	576.761	576.761
Aplicações financeira	–	–	36.415	36.415
Contas a receber de clientes	–	–	824.583	824.583
Total	13.365	13.365	1.437.759	1.437.759
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	187.739	187.739	639.445	651.211
Instrumentos financeiros derivativos	786	786	786	786
Contas a pagar por aquisição de terrenos	–	–	120.422	120.422
Arrendamento mercantil	–	–	20.758	20.758
Total	188.525	188.525	781.411	793.177

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Tegra Incorporadora S.A.

24.8. Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa especifica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Companhia como forma de gerenciamento dos riscos de mercado relacionados à taxa de juros, principalmente para os empréstimos de modalidade CCB. A Companhia se utiliza de um instrumento financeiro derivativo, relacionado a swap de taxa de juros pré-fixada sobre a variação do CDI, incidente sobre contrato de um empréstimo contratado no valor de R$ 65.000. A provisão financeira para as obrigações derivadas da operação de swap totalizou R$ 661. Tal provisão é composta por R$ 22 de juros provisionados até 31 de dezembro de 2020:

Swap	Valor de Referência	Juros	Valor de Curva	Ajuste Opções	Saldo Contábil
Receber	65.000	CDI para taxa pré-fixada - CDI + 3.95% a.a.	(67.852)	–	–
Pagar	65.000	CDI para taxa pré-fixada - 7.20% a.a.	67.982	–	–
		Saldo contábil	130	656	786

25. Informação por segmento: A Companhia possui basicamente duas divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis. Essas divisões são administradas de maneira segregada, pois exigem diferentes tratativas comerciais e de marketing. Portanto, de acordo com o CPC 22 - Informações por segmento, os segmentos são: Incorporação Imobiliária e Loteamento. As informações referentes ao resultado de cada segmento estão apresentadas abaixo. O resultado é avaliado pelos resultados do segmento antes dos impostos de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam no mesmo setor.

	Consolidado 2020		
	Incorporação Imobiliária	Loteamento	Total
Receita líquida	488.357	10.812	499.169
Custo de vendas e serviços	(323.915)	(5.690)	(329.605)
Lucro bruto	164.442	5.122	169.564
Despesas operacionais	(93.698)	(2.247)	(95.945)
Participação em empresas coligadas	9.023	–	9.023
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	79.767	2.875	82.642
Resultado financeiro líquido	(1.162)	789	(373)
Lucro antes do IR e contribuição social	78.605	3.664	82.269
IR e CS (corrente e diferido)	(21.354)	(385)	(21.739)
Lucro líquido do exercício	57.251	3.279	60.530
Ativo total	3.201.926	453.607	3.655.533
Passivo total	1.392.341	62.967	1.455.308
Patrimônio líquido	1.809.585	390.640	2.200.225

26. Seguros: A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

Tipo de Seguros	Valor de cobertura
Risco de responsabilidade civil	360.000
Execuções judiciais	8.759
Fiança locatícias	260
Risco de engenharia	1.413.834
Outros	100.333
	1.883.186

Os seguros contratados possuem prazo final de vigência distintos, variando entre janeiro de 2021 e novembro de 2025. A Companhia mantem em 31 de dezembro de 2020 os seguintes contratos de seguros: a) Risco de engenharia: Obras civis em construção, que oferece garantia contra todos os riscos envolvidos na construção de um empreendimento, tais como incêndio, roubo e danos de execução, entre outros. Esse tipo de apólice permite coberturas adicionais conforme riscos inerentes à obra, entre os quais se destacam responsabilidade civil geral e cruzada, despesas extraordinárias, Tumultos, responsabilidade civil do empregador e danos morais. b) Seguro de responsabilidade civel geral de administradores: A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis para seus ativos e/ou suas responsabilidades. **27. Transações não envolvendo caixa:** Os ativos e passivos líquidos oriundos da reestruturação societária descrita na Nota 1.2, foram incorporados ao patrimônio não afetando o caixa. A Companhia realizou transações de permuta física no montante de R$16.279 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não envolvendo caixa, portanto essas transações não estão refletidas nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa. **28. Compromissos:** As obrigações contratuais não canceláveis incluem os seguintes itens:

	Consolidado 2020		
	Contrato de locação	Aquisição de terrenos	Contratos de construção
2021	4.482	78.553	719.345
2022	4.844	26.970	369.210
2023	4.654	14.623	102.340
2024	12.999	276	44.640
	26.979	120.422	1.235.535

Os montantes se referem a contratos para aquisição de terrenos em troca de unidades imobiliárias ou contratos de financiamento para aquisição de terrenos e contratos de construção referentes a empreendimentos lançados até 31 de dezembro de 2020. Com exceção ao mencionado anteriormente, não temos nenhuma outra obrigação contratual relevante não cancelável.

A Diretoria

Contador: Juliano Natali - CRC 279.451/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Tegra Incorporadora S.A.** (anteriormente denominada TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A.) São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tegra Incorporadora S.A. ("Companhia" ou "Tegra"), anteriormente denominada TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pelo Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Reconhecimento de receita de incorporação e vendas imobiliárias: Conforme descrito na Nota 16, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receitas de incorporação e vendas imobiliárias no montante de R$481.241 mil. Conforme mencionado na Nota 2.2.2, a Companhia reconhece sua receita de vendas de empreendimentos imobiliários no decorrer da construção dos imóveis, com base no percentual dos custos incorridos, incluindo os relacionados aos terrenos, projetos e construção, em relação aos custos totais orçados do projeto (PoC). Como parte do processo de reconhecimento de receita, a Administração revisa sua estimativa dos custos totais a incorrer para cada projeto periodicamente. Devido à relevância dos montantes envolvidos e o alto grau de julgamento envolvido na determinação da estimativa dos custos de construção a incorrer, que tem impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a avaliação dos controles internos chave relacionados à preparação, revisão, aprovação e acompanhamento das estimativas de custos a incorrer e sua aplicação para o reconhecimento da receita de incorporação e vendas imobiliárias; (b) a comparação dos orçamentos entre exercícios para obtenção de esclarecimentos sobre variações não usuais e significativas; (c) o envolvimento de nossos engenheiros especialistas para nos auxiliar na avaliação da metodologia, índices e premissas utilizados na preparação das estimativas e no cálculo da atualização dos orçamentos de custos de construção individualizados por empreendimento e, também, visitas a uma amostra de canteiros de obras para nos auxiliar na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao total orçado; (d) a inspeção em bases amostrais dos documentos suporte para custos incorridos, contratos de venda e comprovantes de liquidação financeira durante o exercício; (e) o recálculo do saldo a receber de acordo com índice dos respectivos contratos, bem como da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparação com aqueles apurados pela Administração; e (f) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individual e consolidada. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para estorno de receita, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de incorporação e vendas imobiliárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. Valor recuperável do ágio: Conforme descrito nas Notas 6 e 7, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020 saldo de ágio no montante de R$204.598 mil registrado como investimento na controladora e intangível no consolidado. A Administração suporta a realização deste ativo por meio de estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa, preparadas com base em seu julgamento e amparada no plano de negócios e orçamento, aprovados pelos órgãos de governança corporativa. Tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança da Companhia e envolvem elevado grau de julgamento. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa pela unidade geradora de caixa à qual esse ágio está alocado, bem como as taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções dos fluxos de caixa, teste de volatilidade das premissas adotadas, dentre outros indicadores, uma vez que podem ocorrer mudanças nos mercados de atuação, quer sejam econômicas ou regulatórias. Em função do elevado grau de julgamento aplicado nas projeções e das mudanças que podem ocorrer nestas estimativas, que podem impactar de forma relevante o valor de recuperação deste ativo e, consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para auxiliar-nos na análise e revisão das metodologias, modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ágio por rentabilidade futura está alocado; (b) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação destes documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela Administração na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (c) a análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos do modelo de projeções e a comparação do valor recuperável apurado com os saldos contábeis sob avaliação; (d) a comparação da assertividade das projeções realizadas em exercícios anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia; (e) a análise das informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas utilizadas; (f) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor recuperável, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; e (g) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. Valor realizável líquido dos estoques de terrenos e imóveis a comercializar: Conforme descrito na Nota 5, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020, saldo de estoque de terrenos e imóveis a comercializar (construídos ou em construção) de R$1.524.878 mil, demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção, que não excede seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas, ou o custo de um terreno ainda não explorado for superior a seu valor de mercado, uma perda de redução ao valor realizável líquido é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não seja realizável líquido. O valor realizável líquido dos estoques de terrenos é revisado pela Administração anualmente e o dos imóveis a comercializar, trimestralmente, levando em consideração estudos de viabilidades de projetos já lançados ou planejados, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, projeções internas de vendas futuras e custos a incorrer, dentre outras premissas. A relevância do saldo dos estoques e a complexidade e julgamento envolvidos na determinação destas estimativas, levou-nos a identificar este assunto como risco significativo que requer considerações especiais de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise e revisão de laudos externos e estudos de viabilidade obtidos para suportar o valor realizável líquido dos estoques de terrenos; (b) para o valor realizável líquido suportado por estudos internos de viabilidade, a revisão das projeções de vendas futuras, incluindo a verificação dos preços considerados e sua comparação com dados de mercado, bem como a revisão dos custos projetados a incorrer, relacionando-os com os resultados obtidos de nossos procedimentos de revisão de orçamentos de projetos realizados com o auxílio de nossos engenheiros especialistas; (c) a discussão e revisão de outras informações e/ou documentações suporte para o valor realizável líquido de ativos em condições excepcionais (como distratos, discussões judiciais, ativos com propostas de compra e venda, ativos estratégicos etc.); (d) a comparação de resultados obtidos com vendas subsequentes ou próximas a data-base para unidades construídas e/ou em construção, e com cotações de mercado para ativos com características similares, com os valores de custo; e (e) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para o valor realizável líquido realização dos estoques de terrenos e imóveis a comercializar, sendo este ajuste registrado pela Administração mesmo considerando sua materialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. Reestruturação societária: Conforme descrito na Nota 1.2, em 30 de setembro de 2020 a Companhia concluiu uma reestruturação societária envolvendo a antiga controladora TGBR Incorporadora S.A. ("TGBR") e a nova controladora Tegra Incorporadora S.A. (anteriormente denominada TGSP-53 Empreendimentos Imobiliários S.A., "Tegra"), pela qual algumas empresas controladas e controladas em conjunto, além de alguns ativos e passivos específicos de projetos selecionados foram cindidos da TGBR e subsequentemente incorporados pela Tegra. As transações societárias foram realizadas a valores contábeis, como aumento de capital social na Tegra, no montante de R$215.039 mil, não resultando em impactos no resultado do exercício. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao objeto social da Companhia e de suas operações consolidadas, bem como ao total dos ativos e passivos da Companhia em relação aos saldos cindidos, assim como a mudança substancial no patrimônio líquido da Companhia e à divulgação detalhada das transações nas notas explicativas. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação e registro contábil da reestruturação societária; (b) a análise das documentações referentes à cessão das quotas de participação; (c) a verificação dos impactos contábeis e tributários, bem como da integridade das informações contábeis utilizadas; (d) a avaliação de que não foram apurados ganhos ou perdas na reestruturação; e (e) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a reestruturação societária, consideramos que as transações e análises realizadas e adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, razoavelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Roberto Martorelli
Contador CRC-1RJ106103/O-0

UESLEI MARCELINO / REUTERS - 8/3/2021

Com a limitação de R$ 44 bi, menor auxílio é de R$ 150

Ministro da Economia, Paulo Guedes, havia afirmado no início da semana que o valor mínimo do benefício seria de R$ 175

Pagamentos. Guedes disse esta semana que o Ministério da Cidadania detalharia auxílio

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O limite de R$ 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial tem "pouca gordura" para mudanças no valor do benefício, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Sob esse teto, a área técnica do governo desenhou a nova rodada prevendo um "piso" de R$ 150 mensais a famílias com apenas uma pessoa, um valor médio de R$ 250 para a maior parte das famílias e uma faixa mais elevada de R$ 375, para mulheres que são as únicas provedoras do lar.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer na segunda-feira que o valor mínimo do benefício seria de R$ 175. No entanto, duas fontes ouvidas pela reportagem afirmam que os cálculos foram feitos a partir do valor de R$ 150.

"Se for uma família monoparental dirigida por mulher é R$ 375. Se for um homem sozinho, é R$ 175. Se for o casal, é R$ 250", disse o ministro na ocasião. Em seguida, ressaltou que a política estava sendo detalhada pelo Ministério da Cidadania.

Nos bastidores, a explicação é que a Economia "deu o limite" de gasto total pelo qual o desenho poderia ser trabalhado. Por isso, quem ditará o valor exato do auxílio a cada beneficiário é a pasta chefiada por João Roma. A tentativa é evitar algum tipo de cobrança por causa da declaração do ministro.

No Congresso Nacional, parlamentares da oposição trabalham para derrubar o limite de gastos com o auxílio emergencial. Há um destaque (sugestão de mudança) do PCdoB que pretende suprimir esse trecho do texto da PEC.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o valor de R$ 44 bilhões precisa contemplar não só o pagamento de quatro parcelas do benefício, mas também as despesas administrativas com a contratação de Caixa e Dataprev, responsáveis pela operação do benefício e pelo cruzamento de dados para verificar se o cidadão é elegível ou não ao auxílio.

Por isso, a pouca gordura que existe no limite deve ser reservada a acomodar eventual número maior de beneficiários habilitados após a análise da Dataprev. Hoje, o governo prevê contemplar cerca de 45 milhões de pessoas com o pagamento do auxílio. Embora o governo faça simulações, a criação do critério por meio de medida provisória, que ainda será editada, pode resultar numa demanda maior, que precisará ser acomodada dentro do limite de R$ 44 bilhões estipulado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial.

Na avaliação de um técnico ouvido pela reportagem, seria arriscado mudar o valor do benefício para algo diferente de R$ 150, R$ 250 e R$ 375, como já previsto.

Os valores foram calculados a partir de estimativas de perda de renda da população na pandemia. Com base em coletas feitas pelo IBGE, o governo estimou a perda entre a renda habitual e efetiva do trabalhador durante a pandemia. Esse é um dos estudos que ajudaram a subsidiar a definição dos valores.

Próximos passos. O governo esperava concluir ainda ontem na Câmara dos Deputados a votação da PEC emergencial, que abre caminho para a recriação do auxílio emergencial. O texto livra as despesas com o benefício, até o limite de R$ 44 bilhões, da incidência de amarras fiscais como o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

Com a aprovação da proposta na Câmara em dois turnos, o texto será promulgado pela Mesa do Congresso Nacional. Depois disso, o governo edita duas Medidas Provisórias, com vigência imediata: uma para estabelecer as regras da nova rodada do auxílio, outra para abrir o crédito extraordinário que libera os recursos que bancarão o programa.

Após a edição das MPs, o governo assina novos contratos com Caixa e Dataprev para a prestação de serviços ligados à operação do auxílio. Depois, a Dataprev finaliza os cruzamentos, e então a Caixa efetua o pagamento aos beneficiários. O presidente Jair Bolsonaro estimou em cinco dias o prazo entre a aprovação da PEC e o pagamento efetivo do auxílio.

O Ministério da Cidadania informou que trabalha na finalização dos detalhes do novo Auxílio Emergencial e aguarda a tramitação da PEC 186/19 pela Câmara dos Deputados. Após a finalização desses processos, os pagamentos terão início o mais breve possível.

● Os beneficiários

R$ 150
para família de uma pessoa só

R$ 250
para a maior parte das famílias

R$ 375
família com mulher provedora

Servidor e aposentado terão limite maior no consignado

MP aprovada pelo Senado amplia para 40% margem de empréstimos; medida segue para sanção presidencial

Amanda Pupo / BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem em votação simbólica a medida provisória que amplia de 35% para 40% a margem para empréstimo consignado de servidores públicos ativos e inativos, militares e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Já aprovado pela Câmara, o texto vai para sanção presidencial. No senado, a MP foi relatada pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), que não fez alterações no texto aprovado pelos deputados. Se a MP não fosse votada até hoje pelo Senado, perderia a validade.

O texto amplia o limite de comprometimento da renda dos atuais 35% para 40% – sendo 35% para consignados e 5% para saque ou pagamento de cartão de crédito. Hoje, o limite é de 35%: 30% para empréstimos com desconto em folha e 5% para cartão de crédito.

O crédito consignado é descontado diretamente do contracheque do tomador do empréstimo, o que diminui o risco de inadimplência. Por isso, as taxas dessa linha são mais baixas do que de outros tipos de empréstimos e financiamentos.

Na Câmara dos Deputados, o parecer do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM) acatou parcialmente cinco emendas que haviam sido propostas pelos parlamentares. Entre as mudanças aprovadas está a inclusão de trabalhadores com carteira assinada (CLT), servidores públicos da União e estaduais, além de militares da ativa e reformados e policiais militares entre os contemplados com o novo limite. Originalmente, a MP previa atender apenas beneficiários do INSS, como aposentados e pensionistas.

BC estende regra que libera mais recursos para crédito

Foi prorrogada até novembro a alíquota de 17% sobre compulsório dos bancos; medida pode pôr R$ 40 bi na economia

Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Com o agravamento da pandemia de covid-19 levando o Brasil a um pico de contágio e óbitos nas últimas semanas, o Banco Central decidiu prorrogar a vigência de uma regra que permite que os bancos emprestem volume maior aos clientes em momento de recrudescimento da crise econômica no País.

O BC resolveu manter a alíquota temporária de 17% sobre recursos a prazo de compulsório até novembro deste ano.

O compulsório é formado por uma parte do dinheiro depositado nos bancos pelos correntistas. Esses recursos são mantidos no Banco Central e os bancos não podem utilizá-los para fazer empréstimos, por exemplo. Esse mecanismo visa à estabilidade financeira e ajuda no combate à inflação.

De acordo com o BC, se o compulsório sobre recursos a prazo voltasse a 20% em abril – como estava previsto – o recolhimento adicional seria de R$ 40 bilhões. Ou seja, esse é o volume a mais que vai estar disponível aos bancos.

"A atual decisão pela continuidade da vigência da alíquota temporária levou em conta a persistência conjuntural nas restrições de liquidez para a captação bancária que, neste momento, recomendam a manutenção dos atuais níveis de liquidez no Sistema Financeiro Nacional. Dessa forma, espera-se que o mercado de crédito possa seguir seu normal funcionamento, sem restrições adicionais", destacou o BC, em nota.

De acordo com o BC, o estoque atual deste compulsório é de cerca de R$ 205 bilhões.

Em 23 de março de 2020, quando o novo coronavírus chegou ao Brasil, o BC reduziu a alíquota do compulsório sobre recursos a prazo de 25% para 17%, liberando cerca de R$ 68 bilhões para o crédito